

detalhe dos direitos e obrigações que recaiam sobre os bens de que sejam titulares, administradores ou utilizadores.

**ARTIGO 2.º**  
**(Ferramenta de suporte)**

1. Tendo em conta a uniformização dos critérios de inventariação e contabilização dos bens públicos, visando a elaboração do Balanço Patrimonial do Estado, a integrar na Conta Geral do Estado, o processo de inventariação será executado por via do Sistema Integrado de Gestão do Património do Estado (SIGPE).

2. Os Organismos que não estejam, ainda, integrados no SIGPE - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial do Estado devem proceder à elaboração do inventário, através do ficheiro que será disponibilizado em suporte informático, pelo Ministério das Finanças, através da Direcção Nacional do Património do Estado.

**ARTIGO 3.º**  
**(Prazo)**

O processo de inventariação no SIGPE, bem como fora dele, como referido no artigo 2.º do presente Decreto Executivo, deve estar concluído até ao dia 22 de Março de 2013, devendo o ficheiro referido no número 2, do artigo anterior, ser remetido à Direcção Nacional do Património do Estado, até ao dia 15 de Março do ano em curso, em pen-drive ou por via electrónica, através do endereço electrónico: [inventario.2012@minfin.gv.ao](mailto:inventario.2012@minfin.gv.ao).

**ARTIGO 4.º**  
**(Incumprimento)**

Findo o prazo-limite estabelecido no artigo anterior, será instruído o respectivo expediente, para conhecimento do Titular do Poder Executivo, anexando-se, para o efeito, a listagem dos organismos que não observarem o referido prazo.

**ARTIGO 5.º**  
**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Decreto Executivo são resolvidas por despacho do Ministro das Finanças.

**ARTIGO 6.º**  
**(Revogação)**

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

**ARTIGO 7.º**  
**(Entrada em vigor)**

Este Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Janeiro de 2013.

O Ministro, *Carlos Alberto Lopes*.

## MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

**Decreto Executivo n.º 21/13**  
**de 6 de Fevereiro**

Havendo necessidade de regulamentar o funcionamento dos serviços do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2.º, 4.º e 25.º do Decreto Presidencial n.º 253/10, de 16 de Novembro, que aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Recursos Hídricos;

Em conformidade com as disposições previstas nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — É aprovado o regulamento interno do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Janeiro de 2013.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

### REGULAMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

#### CAPÍTULO I Natureza e Atribuições

**ARTIGO 1.º**  
**(Objecto)**

O presente regulamento tem por objecto a definição da organização e funcionamento dos serviços do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos.

**ARTIGO 2.º**  
**(Denominação e Natureza)**

O Instituto Nacional de Recursos Hídricos, abreviadamente designado por INARH, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, que tem por missão assegurar a execução da política nacional de Recursos Hídricos, em matérias relativas ao planeamento e gestão integrada destes, seu uso, preservação, protecção, supervisão e controlo.

**ARTIGO 3.º**  
**(Tutela)**

O Instituto Nacional dos Recursos Hídricos exerce a sua actividade sob a supervisão e tutela do Ministério da Energia e Águas.

**ARTIGO 4.º**  
**(Atribuições)**

O Instituto Nacional de Recursos Hídricos tem como atribuições as definidas no artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 253/10, de 16 de Novembro, designadamente:

- a) Preparar a política nacional de Recursos Hídricos, bem como velar pela sua execução, monitorização e acompanhamento;
- b) Assegurar o planeamento e o ordenamento dos Recursos Hídricos, visando o seu uso eficiente e sustentável;
- c) Estabelecer planos, programas e projectos, para o desenvolvimento, protecção, conservação, preservação, valorização e uso eficiente dos Recursos Hídricos;
- d) Elaborar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, tendo como base os Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização de Recursos Hídricos de cada Bacia Hidrográfica;
- e) Acompanhar e avaliar a elaboração e implementação, pelos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas, dos Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização de Recursos Hídricos de cada Bacia Hidrográfica;
- f) Velar pela articulação do Plano Nacional dos Recursos Hídricos com o planeamento dos sectores de utilização, com o planeamento de ordenamento do território, com o planeamento de ordenamento da orla costeira, com o planeamento de gestão ambiental, bem como com o planeamento de desenvolvimento económico e social;
- g) Promover a inventariação, classificação e registo do domínio público hídrico, nomeadamente dos cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, tendo como base os Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização de cada Bacia Hidrográfica;
- h) Estabelecer normas, directrizes, procedimentos e recomendações de aplicação obrigatória pelos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas, relativas à inventariação, classificação, registo, protecção, supervisão e controlo dos Recursos Hídricos e à realização e acompanhamento de estudos de impacte ambiental;
- i) Coordenar, a nível nacional, a elaboração dos planos de ordenamento das albufeiras;
- j) Coordenar, a nível nacional, os planos de segurança de barragens;
- k) Autorizar restrições de utilização dos Recursos Hídricos em áreas determinadas, bem como em áreas de perigo de esgotamento, degradação ou contaminação, bem como estabelecer os limites permissíveis de utilização dos recursos, a observar nos termos da legislação em vigor, pelos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas;
- l) Promover e avaliar a construção de infra-estruturas hidráulicas que, pela sua natureza ou dimensão, ultrapassem a jurisdição de um Gabinete de Administração de Bacia Hidrográfica;
- m) Desenvolver, em articulação com os Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas, programas, projectos e acções tendentes a garantir o estudo, a valorização, protecção e utilização racional e sustentável dos Recursos Hídricos;
- n) Prestar apoio técnico aos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas, na execução ou fiscalização dos respectivos planos de utilização de bacias, incluindo programas e projectos a estes respeitantes;
- o) Elaborar, no âmbito nacional, estudos da distribuição e comportamento dos Recursos Hídricos e verificação da quantidade disponível;
- p) Autorizar a afectação de obras hidráulicas propriedade do Estado, ao uso ou administração das entidades públicas ou privadas;
- q) Elaborar, a nível nacional, estudos hidrológicos e hidrogeológicos necessários para o planeamento e gestão integrada dos Recursos Hídricos;
- r) Coordenar, a nível nacional, a adopção e execução de medidas excepcionais, em situações extremas de seca ou de cheias, em articulação com as entidades competentes de protecção civil, nos termos da legislação em vigor;
- s) Exercer actividades idênticas às descritas na alínea anterior, no que concerne à segurança de barragens;
- t) Divulgar estudos e quaisquer informações sobre as melhores práticas de utilização dos Recursos Hídricos;
- u) Definir as normas técnicas relativas à construção, modificação, manutenção e exploração de obras hidráulicas, a aplicar pelos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas;
- v) Estabelecer, no âmbito nacional, as regras técnicas relativas ao controlo da qualidade das águas, a aplicar pelos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas;
- w) Ordenar ou propor a suspensão da exploração de obras hidráulicas ou a interdição do uso da água, quando se verificarem actividades contaminadoras ou poluidoras;
- x) Emitir parecer, nos casos de outorga de concessões de utilização de Recursos Hídricos, ou para actividades que têm incidência directa sobre os Recursos Hídricos;
- y) Exercer o controlo e a fiscalização de obras hidráulicas;
- z) Desenvolver outras actividades, nos termos da legislação em vigor.

## CAPÍTULO II Organização e Funcionamento

### SECÇÃO I Organização Geral

#### ARTIGO 5.º (Serviços)

1. O Instituto Nacional de Recursos Hídricos dispõe dos seguintes serviços:

- a) Gabinete de Apoio ao Director Geral;
- b) Departamento de Administração e Serviços Gerais;
- c) Departamento de Planeamento, Investimento e Desenvolvimento Tecnológico;
- d) Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, Obras Hidráulicas e Segurança.

2. O Instituto Nacional Recursos Hídricos é dirigido por um director geral, coadjuvado por directores gerais-adjuntos.

### SECÇÃO II Organização em Especial

#### ARTIGO 6.º (Gabinete de Apoio ao Director Geral)

1. Compete ao Gabinete de Apoio ao Director Geral tratar matérias de assessoria jurídica, administrativa e de cooperação internacional.

2. O Gabinete de Apoio ao Director Geral é dirigido por um Chefe de Gabinete, equiparado a chefe de departamento, nos termos da legislação em vigor.

#### ARTIGO 7.º (Departamento de Administração e Serviços Gerais)

1. O Departamento de Administração e Serviços Gerais tem as seguintes competências:

- a) Organizar, coordenar e executar as actividades administrativas, financeiras e patrimoniais;
- b) Elaborar e executar o orçamento do Instituto;
- c) Elaborar o relatório de execução do orçamento do Instituto e submetê-lo à apreciação do Director Geral;
- d) Assegurar a gestão do pessoal do Instituto;
- e) Velar pela gestão e controlo do património do Instituto;
- f) Velar pela formação técnico-científica do pessoal do Instituto;
- g) Garantir a permanente actualização do inventário geral do património do Instituto;
- h) Velar pela correcta actualização, protecção e conservação dos bens, equipamentos e instalações do Instituto;
- i) Desempenhar funções de utilidade comum aos diversos serviços do Instituto, designadamente no domínio das instalações, serviço social, expediente geral, relações públicas e protocolo;
- j) Assegurar os fornecimentos e aquisições necessárias ao funcionamento normal do Instituto;

k) Estudar e propor medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, o aperfeiçoamento da organização do Instituto e dos processos e métodos de trabalho;

l) Submeter à Direcção do Instituto, no início de cada ano, um relatório de actividades;

m) Submeter mensalmente, à Direcção Geral do Instituto, um relatório de actividades.

2. O Departamento de Administração e Serviços Gerais é dirigido por um chefe de departamento.

#### ARTIGO 8.º (Estrutura Interna)

O Departamento de Administração e Serviços Gerais dispõe da seguinte estrutura:

- a) Secção de Administração, Gestão, Orçamento e Informática;
- b) Secção de Serviços Gerais, Património e Relações Públicas.

#### ARTIGO 9.º (Secção de Administração, Gestão, do Orçamento e Informática)

1. À Secção de Administração, Gestão do Orçamento e Informática compete:

- a) Executar as actividades administrativas e financeiras;
- b) Elaborar e executar o orçamento do Instituto e submetê-lo à apreciação do chefe do Departamento de Administração e Serviços Gerais;
- c) Assegurar a gestão do pessoal do Instituto;
- d) Velar pela formação técnico-científica do pessoal do Instituto;
- e) Desempenhar funções de utilidade comum aos diversos serviços do Instituto, designadamente no domínio do serviço social e expediente geral;
- f) Estudar e propor medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, o aperfeiçoamento da organização do Instituto e dos processos e métodos de trabalho;
- g) Gerir a rede Informática e outras tecnologias de informação e comunicação do Instituto;
- h) Garantir o correcto funcionamento dos equipamentos de informática e tecnologias de informação e comunicação tutelados pelo Instituto;
- i) Submeter mensalmente, ao chefe do Departamento de Administração e Serviços Gerais, o relatório de actividades.

2. A Secção de Administração, Gestão do Orçamento e Informática é dirigida por um chefe de secção.

#### ARTIGO 10.º (Secção de Serviços Gerais, Património e Relações Públicas)

1. À Secção de Serviços Gerais, Património e Relações Públicas compete:

- a) Velar pela gestão e controlo do património do Instituto;

- b) Proceder à permanente actualização do inventário geral do património do Instituto;
- c) Velar pela correcta utilização, protecção e conservação dos bens, equipamentos e instalações do Instituto;
- d) Desempenhar funções de utilidade comum aos diversos serviços do Instituto, designadamente no domínio das instalações;
- e) Estudar e propor medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, o aperfeiçoamento da organização do Instituto e dos processos e métodos de trabalho;
- f) Submeter mensalmente, ao chefe do Departamento de Administração e Serviços Gerais, o relatório de actividades.

2. A Secção de Serviços Gerais, Património e Relações Públicas é dirigida por um chefe de secção.

#### ARTIGO 11.º

##### (Departamento de Planeamento, Investimento e Desenvolvimento Tecnológico)

1. O Departamento de Planeamento, Investimento e Desenvolvimento Tecnológico tem as seguintes competências:

- a) Promover e coordenar a elaboração do plano nacional de recursos hídricos e planos gerais de bacias hidrográficas e o respectivo acompanhamento, em articulação com os serviços competentes dos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas;
- b) Implementar e acompanhar o Plano Director da Rede Hidrométrica Nacional;
- c) Estabelecer directrizes para elaboração dos planos de utilização integrada dos Recursos Hídricos, e a nível das bacias hidrográficas;
- d) Promover a realização de estudos de aproveitamentos hidráulicos e outros estudos afins;
- e) Promover, em articulação com os serviços competentes de tutela e com os Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas, as acções necessárias à optimização e adequada partilha dos Recursos Hídricos a nível de bacias hidrográficas compartilhadas, no interesse comum dos Estados de Bacia;
- f) Desenvolver estudos, planos programas e projectos hidráulicos que visem a protecção, conservação e preservação dos recursos hídricos, de modo a garantir a sua utilização de forma sustentável;
- g) Promover e inventariar os recursos hídricos de forma permanente, nos seus aspectos de qualidade e quantidade, garantindo o apoio ao planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos e à realização de obras hidráulicas;
- h) Promover e coordenar o plano director da rede hidrométrica nacional, bem como proceder à sua avaliação sistemática;

- i) Recolher e difundir informação relativa à gestão dos recursos hídricos e promover a sensibilização e participação das populações;
- j) Estudar o regime hidrológico dos cursos de água, visando a sua protecção e melhoramento;
- k) Promover a elaboração e a publicação de anuários hidrológicos do País;
- l) Desenvolver acções de investigação científica e tecnológica, relativa à gestão integrada dos Recursos Hídricos e seu aproveitamento;
- m) Desenvolver acções que visem o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos, nomeadamente contra os desperdícios, poluição e contaminação;
- n) Estabelecer os mecanismos conducentes à aplicação do regime económico- financeiro de utilização dos Recursos Hídricos, nos termos da legislação em vigor;
- o) Emitir pareceres técnicos, sempre que solicitados pela Direcção do Instituto;
- p) Submeter à Direcção do Instituto, no início de cada ano, um relatório de actividades.
- q) Submeter mensalmente, à Direcção do Instituto, um relatório de actividades;
- r) Desenvolver outras actividades, nos termos da legislação em vigor.

2. O Departamento de Planeamento de Recursos Hídricos, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico é dirigido por um chefe de departamento.

#### ARTIGO 12.º

##### (Estrutura Interna)

O Departamento de Planeamento, Investimento e Desenvolvimento Tecnológico dispõe da seguinte estrutura:

- a) Secção de Cadastro, Monitorização e Sistema Informático de Recursos Hídricos;
- b) Secção de Hidrologia e Rios Internacionais.

#### ARTIGO 13.º

##### (Secção de Cadastro, Monitorização e Sistema Informático de Recursos Hídricos)

1. Compete à Secção de Monitorização e Sistema Informático de Recursos Hídricos:

- a) Promover a recolha de dados para inserção no cadastro nacional de recursos hídricos do País;
- b) Fazer o geo-referenciamento dos pontos de abstracção de água, a nível das bacias hidrográficas;
- c) Participar no estabelecimento das directrizes para elaboração dos Planos de Utilização Integrada dos Recursos Hídricos, a nível das bacias hidrográficas;
- d) Participar no estabelecimento de directrizes para a elaboração dos planos de utilização integrada dos recursos hídricos;

- e) Participar na promoção da realização de estudos de aproveitamentos hidráulicos e outros estudos afins;
- f) Participar no desenvolvimento de acções de investigação científica e tecnológica, relativas à gestão integrada dos Recursos Hídricos e seu aproveitamento;
- g) Participar no desenvolvimento de acções que visem o aproveitamento sustentável dos Recursos Hídricos, nomeadamente contra os desperdícios, a poluição e a contaminação;
- h) Participar no estabelecimento de mecanismos conducentes à aplicação do regime económico-financeiro de utilização dos Recursos Hídricos, nos termos da legislação em vigor;
- i) Emitir pareceres técnicos sobre novas tecnologias relacionadas com sistemas informáticos de Recursos Hídricos;
- j) Emitir pareceres técnicos sobre outros assuntos, sempre que solicitada para o efeito;
- k) Submeter mensalmente, ao Chefe do Departamento de Planeamento, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, um relatório de actividades;
- l) Desenvolver outras actividades, nos termos da legislação em vigor.

2. A Secção de Monitorização e Sistema Informático de Recursos Hídricos é dirigida por um chefe de secção.

#### ARTIGO 14.º

##### (Secção de Hidrologia e Rios Internacionais)

1. Compete a Secção de Hidrologia e Rios Internacionais:

- a) Participar na promoção e inventariação dos recursos hídricos de forma permanente, nos seus aspectos de qualidade e quantidade, garantindo o apoio ao planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos e à realização de obras hidráulicas;
- b) Fazer a recolha, o tratamento e a disseminação dos dados hidrológicos e interagir com as instituições congéneres dos Estados de Bacia;
- c) Fazer a gestão, a manutenção, assim como garantir a operacionalidade da base de dados hidrológicos do País;
- d) Participar na promoção e coordenação do plano director da Rede Hidrométrica Nacional, bem como no processo da sua avaliação sistemática;
- e) Coordenar e supervisionar o funcionamento das Secções de Hidrometria do País;
- f) Participar na recolha e difusão de informação relativa à gestão dos Recursos Hídricos, assim como na promoção da sensibilização para a participação das populações;

- g) Participar no estudo do regime hidrológico dos cursos de água, visando a sua protecção e melhoramento;
- h) Participação na elaboração e publicação dos Anuários Hidrológicos do País;
- i) Participar no desenvolvimento de acções de investigação científica e tecnológica, relativas à gestão integrada dos recursos hídricos e seu aproveitamento;
- j) Participar no desenvolvimento das acções no âmbito das Bacias Internacionais;
- k) Emitir pareceres técnicos sobre novas tecnologias utilizadas na medição e recolha de dados hidrológicos;
- l) Emitir pareceres técnicos sobre outros assuntos, sempre que solicitada para o efeito;
- m) Submeter mensalmente, ao chefe do Departamento de Planeamento, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, um relatório de actividades;
- n) Desenvolver outras actividades, nos termos da legislação em vigor.

2. A Secção de Hidrologia e Rios Internacionais é dirigida por um chefe de secção.

#### ARTIGO 15.º

##### (Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, Obras Hidráulicas e Segurança)

1. Compete ao Departamento de Recursos Hídricos, Obras Hidráulicas e Segurança:

- a) Promover e coordenar a elaboração de esquemas gerais de aproveitamento de recursos hídricos, tendo como base a bacia hidrográfica, de modo a assegurar o balanço hídrico entre os recursos disponíveis e os recursos potenciais, tanto superficiais como subterrâneos e as necessidades presentes e futuras;
- b) Promover a execução dos aproveitamentos hidráulicos e estabelecer os mecanismos para sua correcta exploração e segurança;
- c) Estabelecer as directrizes e os mecanismos de avaliação, prevenção e acompanhamento de cheias e secas, em articulação com os órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor;
- d) Licenciar, nos termos da legislação em vigor, as actividades relativas à utilização dos Recursos Hídricos, incluindo os aproveitamentos hídricos públicos ou privados;
- e) Fiscalizar as utilizações dos Recursos Hídricos e proceder em conformidade com os resultados da prática inspectiva;

- f)* Prestar apoio técnico-material aos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas em matéria de gestão de recursos hídricos, obras hidráulicas e segurança, licenciamento, fiscalização, gestão de projectos e estudos de impacte ambiental;
- g)* Submeter mensalmente, à Direcção do Instituto, um relatório de actividades;
- h)* Desenvolver outras actividades, nos termos da legislação em vigor.

2. O Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, Obras Hidráulicas e Segurança, é dirigido por um chefe de departamento.

**ARTIGO 16.º**  
**(Estrutura Interna)**

O Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, Obras Hidráulicas e Segurança dispõe da seguinte estrutura:

- a)* Secção de Hidrometria, Projectos, Obras Hidráulicas e Segurança de Barragens;
- b)* Secção de Licenciamento, Fiscalização, Qualidade da Água e Ambiente.

**ARTIGO 17.º**  
**(Secção de Hidrometria, Projectos, Obras Hidráulicas e Segurança de Barragens)**

1. Compete à Secção de Projectos, Obras Hidráulicas e Segurança de Barragens:

- a)* Promover estudos e projectos de obras hidráulicas;
- b)* Fazer o levantamento de barragens e albufeiras existentes no País;
- c)* Proceder ao georeferenciamento das barragens e albufeiras existentes no País;
- d)* Proceder à inspecção periódica da estrutura física das barragens existentes no País;
- e)* Emitir pareceres técnicos sobre assuntos que lhe sejam solicitados;
- f)* Submeter mensalmente, ao chefe do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, Obras Hidráulicas e Segurança, um relatório de actividades;
- g)* Desenvolver outras actividades, nos termos da legislação em vigor.

2. A Secção de Projectos, Obras Hidráulicas e Segurança de Barragens é dirigida por um chefe de secção.

**ARTIGO 18.º**  
**(Secção de Licenciamento, Fiscalização, Qualidade da Água e Ambiente)**

1. Compete à Secção de Licenciamento, Fiscalização, Qualidade da Água e Ambiente:

- a)* Participar no licenciamento das actividades relativas à utilização dos Recursos Hídricos;
- b)* Participar na fiscalização das utilizações dos Recursos Hídricos;

- c)* Fazer a recolha permanente de dados referentes à qualidade da água dos mais variados corpos de água (rios, lagos, lagoas, albufeiras, etc.);
- d)* Participar na promoção e elaboração de Estudos de Impactes Ambientais a serem levadas a cabo ao nível das bacias hidrográficas;
- e)* Acompanhar a implementação da Rede Higrométrica Nacional;
- f)* Emitir pareceres técnicos sobre assuntos que lhe sejam solicitados;
- g)* Submeter mensalmente, ao chefe do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, Obras Hidráulicas e Segurança, um relatório de actividades;
- h)* Desenvolver outras actividades, nos termos da legislação em vigor.

2. A Secção de Licenciamento, Fiscalização, Qualidade da Água e Ambiente é dirigida por um chefe de secção.

**CAPÍTULO III**  
**Titulares dos Cargos de Direcção e Chefia**

**SECÇÃO I**  
**Direcção**

**ARTIGO 19.º**  
**(Director Geral)**

1. Sem prejuízo das competências estabelecidas no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 253, de 16 de Novembro, constituem competências do Director Geral:

- a)* Dirigir e coordenar todas as actividades do Instituto, expedindo ordens e orientações que se repute necessárias ao seu funcionamento normal;
- b)* Gerir e prestar contas sobre o património do Instituto;
- c)* Elaborar e submeter à aprovação do Ministro da Energia e Águas, o plano anual de actividades do Instituto;
- d)* Promover a execução do plano anual do Instituto, de acordo com os recursos e meios postos à sua disposição;
- e)* Submeter ao Ministro da Energia e Águas estudos, propostas e pareceres no âmbito das suas atribuições;
- f)* Elaborar o relatório anual de actividades do Instituto;
- g)* Propor as nomeações dos responsáveis das representações dos Institutos;
- h)* Propor ao Ministro da Energia e Águas deslocações em serviço dentro do País, do pessoal afecto ao Instituto, com o propósito de se acompanhar, fiscalizar ou executar actividades no âmbito das suas atribuições;

- i)* Propor ao Ministro da Energia e Águas deslocções para o exterior do País, do pessoal afecto ao Instituto, com o propósito de participar em cursos de curta duração, conferências, seminários internacionais ou conferências afins;
- j)* Promover a colaboração com outros organismos afins, no âmbito da gestão integrada dos recursos hídricos;
- k)* Representar o Instituto em todos os eventos para os quais tenha sido convidado;
- l)* Exercer as demais competências que lhe forem delegadas superiormente.

2. O Director Geral é substituído nas suas ausências por um Director Geral-Adjunto por ele designado.

#### ARTIGO 20.º

##### (Director Geral-Adjunto para área técnica)

1. Constituem competências do Director Geral-Adjunto para Área Técnica:

- a)* Sob orientação do Director Geral, gerir questões técnicas inerentes ao funcionamento do Instituto;
- b)* Submeter ao Director Geral estudos, propostas e pareceres técnicos no âmbito das suas atribuições;
- c)* Orientar tecnicamente as representações regionais do Instituto Nacional Recursos Hídricos;
- d)* Orientar tecnicamente o Departamento de Planeamento, Investimento e Desenvolvimento Tecnológico e do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, Obras Hidráulicas e Segurança de Barragens;
- e)* Prestar apoio técnico aos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas em termos de gestão integrada dos recursos hídricos;
- f)* Apresentar trimestralmente, ao Director Geral, um relatório de actividades.
- g)* Exercer as demais competências que lhe forem delegadas pelo Director Geral.

2. Substituir o Director Geral nas suas ausências ou impedimentos.

#### ARTIGO 21.º

##### (Director Geral-Adjunto para área administrativa)

1. Constituem competências do Director Geral-Adjunto para Área Administrativa:

- a)* Sob orientação do Director Geral, gerir questões administrativas inerentes ao funcionamento do Instituto;
- b)* Submeter ao Director Geral um orçamento anual do Instituto;
- c)* Orientar administrativamente as representações regionais do Instituto;

- d)* Propor ao Director Geral um plano anual de formação de quadros;
- e)* Apresentar trimestralmente, ao Director Geral, um relatório de actividades;
- f)* Exercer as demais competências que lhe forem delegadas pelo Director Geral.

2. Substituir o Director Geral nas suas ausências ou impedimentos.

#### ARTIGO 22.º

##### (Competências Genéricas dos Chefes de Departamento)

1. São as seguintes as competências genéricas dos chefes de departamento:

- a)* Coordenar e fiscalizar as tarefas do departamento;
- b)* Submeter ao despacho superior todos os assuntos que excedam as suas competências e informar de todas as ocorrências e medidas tomadas;
- c)* Decidir sobre os assuntos de sua competência ou para os quais lhes hajam sido dadas delegação;
- d)* Exercer o poder disciplinar no departamento de acordo com as suas competências e nos termos da lei;
- e)* Dar parecer sobre os pedidos de férias dos trabalhadores do departamento;
- f)* Propor a deslocação dos trabalhadores do departamento em objecto de serviço, dentro do território nacional;
- g)* Na sua ausência ou impedimento, o chefe de departamento será substituído por um chefe de secção por si designado;
- h)* Exercer as demais competências conferidas por lei ou superiormente.

#### ARTIGO 23.º

##### (Competências Genéricas dos Chefes de Secção)

1. São as seguintes as competências genéricas dos chefes de secção:

- a)* Responder ao Chefe de Departamento por todas as actividades alocadas à secção e distribuir tarefas ao pessoal adstrito;
- b)* Elaborar o plano de actividades a realizar e estabelecer as normas para a sua execução;
- c)* Propor medidas que julgue convenientes ao aperfeiçoamento do serviço ao seu cargo;
- d)* Controlar as actividades da secção e a disciplina laboral, informando sobre as anomalias verificadas;
- e)* Distribuir as actividades pelos trabalhadores da secção;
- f)* Coordenar e fiscalizar as actividades da secção;
- g)* Desempenhar as demais tarefas que lhe forem superiormente incumbidas;
- h)* Exercer as demais competências conferidas por lei ou superiormente.



SECÇÃO II  
Órgãos de Consulta

ARTIGO 24.º  
(Conselho Directivo)

1. O Conselho Directivo é o órgão deliberativo colegial do Instituto Nacional de Recursos Hídricos que define as grandes linhas de orientação estratégica, ao qual compete:

- a) Definir e aprovar os objectivos e as políticas de gestão do Instituto;
- b) Aprovar os planos de actividades anuais e plurianuais e os orçamentos correspondentes do Instituto;
- c) Aprovar a organização técnica e administrativa do Instituto, os seus regulamentos internos e demais normas;
- d) Aprovar os instrumentos previsionais de gestão e os documentos de prestação de contas do Instituto;
- e) Aprovar os projectos e planos de desenvolvimento estratégico e contratos correspondentes a submeter à homologação, quando necessário, nos termos da legislação em vigor;
- f) Aprovar os relatórios e contas a submeter às entidades competentes, bem como proceder às necessárias alterações ou actualizações;
- g) Aprovar as normas relativas ao pessoal;
- h) Aprovar, dentro dos limites estabelecidos por lei, a aquisição e alienação de bens;
- i) Aprovar os actos que, nos termos da lei, do estatuto orgânico ou do presente regulamento devem ser submetidos à aprovação ou autorização das entidades competentes;
- j) Aprovar os termos e condições de remuneração suplementar do pessoal do Instituto, nos termos da legislação em vigor;
- k) Aprovar, nos termos da legislação em vigor, os termos e condições de adjudicação e execução de empreitadas e serviços contratados pelo Instituto;
- l) Proceder ao acompanhamento sistemático da actividade do Instituto, tomando as providências que as circunstâncias exijam;
- m) Exercer as demais competências que decorram da legislação em vigor.

2. Compõem o Conselho Directivo:

- a) Director Geral, que preside;
- b) Directores Gerais-Adjuntos;
- c) Chefes de Departamento.

3. O Conselho Directivo aprova o respectivo regulamento interno.

ARTIGO 25.º  
(Conselho Técnico Consultivo)

1. O Conselho Técnico Consultivo é o órgão de programação e acompanhamento de actividades de apreciação e

consulta técnica sobre as tarefas essenciais do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, ao qual compete:

- a) Pronunciar-se sobre questões de natureza técnico-científica que lhe sejam submetidas;
- b) Pronunciar-se sobre as linhas estratégicas do Instituto, em matéria de valorização, aproveitamento e utilização sustentável dos recursos hídricos;
- c) Pronunciar-se sobre o grau de execução das políticas, programas e projectos do Instituto;
- d) Emitir parecer ou recomendações sobre as actividades do Instituto, ou sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas;
- e) Exercer quaisquer outras actividades, nos termos da legislação em vigor.

2. Compõem o Conselho Técnico Consultivo:

- a) Director Geral, que preside;
- b) Directores Gerais-Adjuntos;
- c) Directores Gerais dos Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas;
- d) Chefes de Departamento;
- e) Directores das representações regionais;
- f) Funcionários da carreira técnica superior e investigadores;
- g) Chefes de secção.

3. O Conselho Técnico Consultivo aprova o respectivo regulamento interno.

ARTIGO 26.º  
(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é órgão de controlo e fiscalização do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, em matéria de natureza financeira e patrimonial, ao qual compete:

- a) Acompanhar e controlar a gestão financeira e patrimonial do Instituto;
- b) Analisar e emitir, na data legalmente estabelecida, parecer sobre as contas anuais, relatório de actividades e a proposta de orçamento do Instituto;
- c) Fiscalizar a boa execução da contabilidade do Instituto e o cumprimento das disposições aplicáveis em matéria orçamental, contabilística e de tesouraria, informando o Conselho Directivo sobre qualquer anomalia eventualmente verificada;
- d) Emitir parecer sobre o cumprimento das normas reguladoras da actividade do Instituto;
- e) Proceder à verificação regular dos fundos existentes e fiscalizar a escrituração da contabilidade;
- f) Certificar os valores patrimoniais pertencentes ao Instituto ou por ele detidos a título de garantia, depósito ou qualquer outro;
- g) Verificar se os critérios valométricos utilizados pelo Instituto conduzem a uma avaliação correcta do património e dos resultados;
- h) Verificar e controlar a realização de despesas;



- i) Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de gestão do Instituto;
- j) Elaborar relatórios semestrais e anuais da sua actividade fiscalizadora e submetê-los a apreciação do Ministro das Finanças e do Ministro de Tutela.

2. Tendo em vista o adequado desempenho das suas competências, o Conselho Fiscal pode:

- a) Solicitar aos outros órgãos do Instituto todas as informações, esclarecimentos ou elementos que considere necessários;
- b) Solicitar ao Conselho Directivo reuniões conjuntas dos dois órgãos, para apreciação de questões compreendidas no âmbito das suas competências.

3. Compõem o Conselho Fiscal:

- a) Presidente;
- b) Primeiro vogal;
- c) Segundo vogal;
- d) Relator.

4. O Conselho Fiscal aprova o respectivo regulamento interno.

#### CAPÍTULO IV Pessoal

##### ARTIGO 27.º (Quadro de Pessoal)

1. O quadro de pessoal consta do mapa em anexo (Anexo I), que integra o presente diploma.

2. Por despacho do Ministro da Energia e Águas e sob proposta do Director Geral do Instituto Nacional Recursos Hídricos, podem ser contratados técnicos de comprovada competência para intervirem em assuntos pontuais de atribuições do Instituto.

3. O quadro de pessoal é susceptível de alteração mediante despacho do Ministro da Energia e Águas, ouvido, nos termos da legislação em vigor, os demais órgãos da Administração Pública.

##### ARTIGO 28.º (Organigrama)

O organigrama do Instituto Nacional de Recursos Hídricos consta do mapa em anexo (Anexo II) ao presente regulamento, do qual é parte integrante.

#### CAPÍTULO V Disposições Finais

##### ARTIGO 29.º (Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente regulamento são resolvidas por despacho do Ministro da Energia e Águas.

##### ARTIGO 30.º (Entrada em vigor)

O Presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

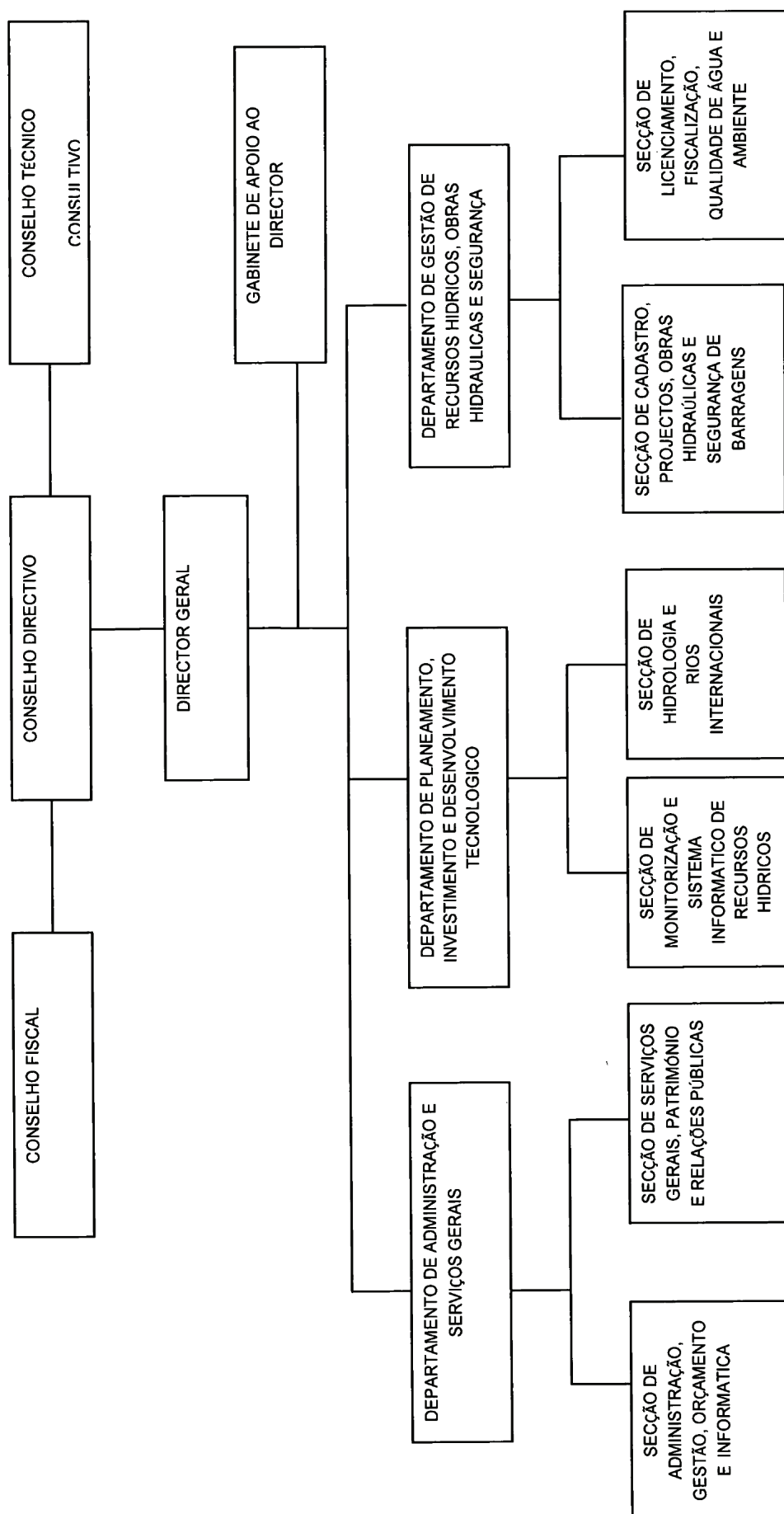
#### ANEXO I

##### Quadro de Pessoal

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Número de Lugares
Direcção e Chefia	Director Geral	1
	Director Geral-Adjunto	2
	Chefe de Departamento	4
	Chefe de Secção	6
Técnico Superior	Assessor	1
	1.º Assessor	1
	Técnico Superior Principal	2
	Técnico Superior de 1.ª Classe	4
	Técnico Superior de 2.ª Classe	10
Técnico	Especialista Principal	1
	Especialista de 1.ª Classe	1
	Especialista de 2.ª Classe	1
	Técnico de 1.ª Classe	1
	Técnico de 2.ª Classe	2
	Técnico de 3.ª Classe	3
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	1
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	1
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	1
	Técnico Médio de 1.ª Classe	1
	Técnico Médio de 2.ª Classe	1
	Técnico Médio de 3.ª Classe	1
Administrativo	Oficial Administrativo Principal	1
	1.º Oficial Administrativo	1
	2.º Oficial Administrativo	2
	3.º Oficial Administrativo	3
	Tesoureiro de 1.ª Classe	1
	Tesoureiro de 2.ª Classe	1
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	1
	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	1
Auxiliar	Auxiliar Administrativo Principal	1
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	1
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	2

O Ministro, *João Baptista Borges*.

ANEXO II  
Organigrama do Instituto Nacional de Recursos Hídricos – INRH



O Ministro, *João Baptista Borges*.